

NOTAS PRELIMINARES SOBRE O ENALTECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BAIANO POR INTELLECTUAIS VINCULADOS AO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (1910-1940)

Sura Souza Carmo⁴²
Filipe Arnaldo Cezarinho⁴³

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar um estudo preliminar da proeminência dos intelectuais vinculados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia na promoção e preservação do patrimônio histórico baiano. Por meio de publicações saudosistas e de enaltecimento do antigo poder político econômico baiano é possível vislumbrar como o patrimônio foi utilizado para fortalecer um discurso que buscava inserir novamente a Bahia no cenário político nacional em um período de estagnação econômica e desprestígio no meio político. É possível caracterizar os intelectuais que valorizaram o patrimônio baiano como vinculados a elite agrária, ocupantes de cargos públicos no governo do estado ou na igreja, ou seja, membros de uma elite econômica, política e religiosa em decadência nas primeiras décadas da república. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa de publicações de intelectuais baianos vinculados a agremiação no período analisado. Dessa forma, a valorização do patrimônio pelos intelectuais do IGHB, mais do que uma preocupação com os vestígios materiais do passado, foi uma forma de manter em destaque uma opulência senhorial do período colonial que estava se tronando apenas uma memória entre a elite local.

Palavras-chave: Patrimônio. Representação. Bahia. Intelectuais.

ABSTRACT

The article aims to present a preliminary study of the prominence of the intellectuals linked to the Geographical and Historical Institute of Bahia (IHGB) in the promotion and preservation of the historical heritage of Bahia. Through nostalgic publications and extolling Bahia's former economic political power, it is possible to glimpse how heritage was used to strengthen a discourse that sought to reinstate Bahia in the national political scenario in a period of economic stagnation and discredit in the political environment. It is possible to characterize the intellectuals who valued Bahian heritage as linked to the agrarian elite, holders of public office in the state government or in the church, that is, members of an economic, political and religious elite in decline in the first decades of the republic. The methodology used was the qualitative analysis of publications by Bahian intellectuals linked to the association in the analyzed period. In this way, the appreciation of heritage by IGHB intellectuals, more than a concern with the material remains of the past, was a way of keeping in the spotlight a manorial

⁴² Docente do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Museologia (UFRB), mestra em História (UFS) e Doutora em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). E-mail: suracarmo@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3426-7593>

⁴³ Graduado (UFRB), mestre (UNICENTRO) e doutorando (UFRRJ) em História. E-mail: cezarinhohistoria@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1593-268X>
Baraúnas, n.º 1, v. I, mai/dez, 2023

opulence from the colonial period that was becoming just a memory among the local elite.

Keywords: Patrimony. Representation. Bahia. Intellectuals.

Introdução

A Bahia, durante três séculos, foi o centro administrativo, econômico e religioso do império português na América. A mudança da capital para o Rio de Janeiro e a instalação da família real⁴⁴ em terras fluminenses, talvez não tenha sido o golpe mais duro recebido pela antiga província, mas as sucessivas crises econômicas e o fim do Império – regime político no qual a Bahia participava ativamente com políticos e intelectuais oriundos da elite agrária – também foram impactantes. Possivelmente a diminuição do poder econômico e político fez ressurgir, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), uma “casa de memória” dedicada a promoção da história da Bahia por meio de discursos nostálgicos com temas que envolviam batalhas históricas, “homens de letras”, fecundidade do solo e a valorização das edificações históricas quando, segundo Mattoso (2004), a Bahia oscilou entre crises econômicas e períodos de recuperação que envolviam queda na comercialização do açúcar, fim da escravidão, restrições de crédito, dentre outros fatores. Este estudo tem por objetivo tratar, de forma sucinta, como os intelectuais do IGHB utilizaram o patrimônio histórico como legitimador de um discurso sobre a proeminência da Bahia na formação da nação brasileira, ou seja, observa-se como o patrimônio foi utilizado em uma tentativa de restabelecimento do poder político e econômico do estado.

Para compreender o significado de algumas publicações realizadas na revista do IGHB é preciso compreender que a revelia das oscilações econômicas, o apogeu político da Bahia ocorreu durante o Segundo Reinado, quando personalidades da elite

⁴⁴ Se, até aqui, o território era visto como colônia de Portugal, a chegada da Família Real, obrigada a tomar partido na guerra entre Inglaterra e França, causou profundos deslocamentos no que agora passaria a ser a sede da realeza portuguesa. Além do deslocamento da nobreza para o Rio de Janeiro, o aparelho administrativo também fora transportado para a nova capital imperial. Como bem apontou Miriam Dolnikoff (2021, p. 14), “a sede do império português, a partir de 1808, era uma pequena cidade colonial, resultando em transformações profundas na América portuguesa e na sua relação com o império lusitano”. O Rio de Janeiro beneficiou-se com a criação de diversas instituições culturais e monetárias que possibilitaram o desenvolvimento da cidade.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

agrária baiana ocuparam cargos de destaque na gestão do Império⁴⁵ (CARVALHO, 2010). Segundo dados de Kátia Mattoso (1992, p.288), a Bahia possuía “entre 1840 e 1889, exatamente 1/4 dos 228 ministros de Estado[...] que só não esteve representada em cinco gabinetes”. Consuelo Novais Sampaio (1977, p.13) advertiu que “apesar de tais evidências estatísticas, e a despeito do substancial poder exercido pelos baianos nos últimos e mais importantes Gabinetes da Monarquia, o prestígio político da Bahia era pouco mais que uma projeção residual de sua antiga riqueza e poder”, ou seja, face ao declínio econômico das exportações de açúcar a elite baiana amparava-se no prestígio junto ao poder imperial. O declínio, ocorreu com o advento da república e queda da monarquia, pois a Bahia por possuir um quadro republicano incipiente, ser fiel a figura do imperador e aderir a causa republicana tardiamente sofreu os efeitos colaterais de sua posição.

De acordo com Consuelo Sampaio (1978), que investigou os partidos políticos da Bahia na Primeira República, o estado perdeu seu prestígio político no período em comparação ao gozado no Segundo Reinado. Apesar de Cláudia Viscardi (2011, p.97) apontar que “a Bahia teve ativa participação nos primeiros anos do regime republicano” aspirando “aumentar este poder”, é possível afirmar que a Bahia nunca alcançou o prestígio político do Império, tendo gozado de certo prestígio no início da república, principalmente pela figura de Rui Barbosa, mas, perdendo espaço para os políticos do Rio Grande do Sul – entre os anos de 1912 e 1922 Sampaio (1978) afirmou que houve um sumiço da Bahia das pastas ministeriais retornando apenas com Miguel Calmon no Ministro da Agricultura.

No âmbito econômico, a Bahia, até a década de 1940, vivenciou um período de estagnação caracterizada por alguns estudiosos como o “enigma baiano” (AGUIAR, 1958; MARIANI, 1977; FRITSCH, 1990), devido à ausência de um fator preponderante que explicasse o baixíssimo crescimento econômico/industrialização – fato modificado apenas com a descoberta de petróleo no estado. Nancy Assis (1996) discorreu que a elite soteropolitana não era industrial, pois estava vinculada à terra e ao comércio agroexportador principalmente de cacau e açúcar, se caracterizando como uma burguesia de negócios que não conseguiu se adaptar ao modo de produção capitalista,

⁴⁵ José Murilo de Carvalho, ao analisar a elite política imperial observou a origem dos políticos que possuíam cargo no Império e a formação dos mesmos. A Bahia ficou caracterizada como a província com maior representação, que ocupava as pastas mais importantes e pela formação jurídica em Coimbra.

não superando o modo de produção escravista-mercantil (GORENDER, 2011). De acordo com Rinaldo Leite (2012), a elite comportava-se como uma “rainha destronada” com a intelectualidade local esforçando-se para manter-se no poder através de um discurso nostálgico na Primeira República⁴⁶.

O esvaziamento do centro pelas elites, que migraram para bairros mais afastados, e as crises financeiras que assolaram Salvador, acarretaram a deterioração do patrimônio histórico. O traçado colonial da antiga capital somado à pouca infraestrutura para o trato do esgotamento sanitário e o crescimento de moradias do tipo cortiço ameaçavam os vestígios de uma opulência senhorial. Outras regiões do estado enfrentavam o mesmo problema com a conservação do patrimônio histórico devido a decadência econômica. A partir de tal quadro, e da influência de um modelo francês de proteção do patrimônio e de exaltação da nação, os intelectuais do IGHB vislumbraram a possibilidade de manter acesa na memória dos soteropolitanos, principalmente da elite política, por meio de uma produção prático/discursiva, o papel da Bahia no cenário nacional.

Possivelmente a diminuição do poder econômico e político fez ressurgir, em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), principal espaço dedicado a promoção da história da Bahia por meio de discursos nostálgicos que envolvia o enaltecimento dos “homens de letras”, das batalhas históricas, da fecundidade do solo, dos recursos minerais, das edificações históricas, dentre outras questões. Para Paulo Silva (2000) outros espaços como a “Academia de Letras da Bahia (ALB), os efêmeros agrupamentos literários e as escolas de ensino secundário, notadamente a faculdade Livre de Direito da Bahia” também eram locais onde os intelectuais baianos poderiam expor suas posições na época (SILVA, 2000, p. 17). Acrescentamos ainda o Arquivo Público do Estado da Bahia, que no início do século XX possuía uma revista e um museu.

⁴⁶ No que se refere à nova historiografia sobre a Primeira República, hoje tem se revelado certas críticas às interpretações tradicionais do período, aquelas que enfatizavam o poderio das oligarquias paulista e mineira. Em suma, historiadores e historiadoras, como no caso de Marcos Napolitano (2021, p. 31), têm se dedicado a demonstrar que as forças ali envolvidas estavam em constante fricção com a “política do café com leite”, protagonizada por São Paulo e Minas. Essas forças vinham de lugares como Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo. “Portanto, podemos dizer que a política da Primeira República não se resume à suposta aliança São Paulo-Minas Gerais; é possível mesmo questionar se havia interesses comuns estratégicos entre os dois maiores estados da Federação”.

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

Antes de qualquer coisa, a partir da criação do IGHB na Bahia, ocorre, efetivamente, um processo de invenção de uma tradição baiana que a realocasse em um cenário político-econômico de legitimidade. Se suas estruturas haviam sido abaladas com as constantes crises internas, eram mais que necessárias novas elaborações discursiva e simbólica para isso. Nesse sentido, conforme pontuou Eric Hobsbawm (1984, p. 12), essa nova tradição inventada tem a sua datação no tempo, ou seja, é possível caracterizá-la historicamente. Em síntese, “consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

É importante ressaltar que o pensamento dos intelectuais vinculados ao IGHB era consubstanciado por práticas e estratégias de poder de uma elite que não aceitava ficar no ostracismo da nova configuração política nacional. Ou seja, o discurso saudosista era uma ferramenta de reivindicação de maior destaque à Bahia na conjuntura política do período a partir de usos do passado como legitimador de um lugar de direito.

Utilizou-se como fonte histórica para a produção deste artigo alguns discursos proferidos na agremiação por sócios que foram publicados na Revista do IGHB, obras historiográficas e guias de turismo – denominados de guias da baianidade – em que expressam uma noção de Bahia que pretendiam legitimar por meio do patrimônio histórico. O recorte temporal abarca as décadas de 1910 a 1940.

O patrimônio como representação

A relação entre intelectuais e a promoção do patrimônio na Bahia entre as décadas de 1910 e 1940 é compreendida neste estudo pelas lentes da História Cultural que tem como proposta “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42). Ora, é imprescindível notar que são as representações de uma elite (ou várias elites) que deram a tônica ao contexto histórico investigado.

Outro historiador que forneceu prodigiosas contribuições para pensar o conceito de representação foi Roger Chartier (1990, p. 16). Em suas palavras, a História Cultural tem por objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos

uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim, a História Cultural estabeleceu novos objetos de pesquisa e estudos interdisciplinares principalmente entre a História, a Literatura, Arte e Arquitetura, por exemplo.

Dentro desta perspectiva, os conceitos de representação e imaginário são fundamentais para caracterizar a escolha do patrimônio histórico como uma das válvulas propulsoras da Bahia no cenário político e cultural do Brasil. O conceito de representação proposto por Chartier (1990, p. 17) teve papel preponderante neste estudo investigativo. O conceito de representação pode ser percebido como variável de acordo com as disposições dos grupos ou classes sociais, isto é, apesar de aspirar a universalidade, as representações são determinadas pelos grupos que as forjam – sendo impostas “a outro grupo ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social” (CHARTIER, 1990, p. 17). Já o conceito de imaginário, alinhado ao conceito de representação, abrange “um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43). O estudo, com base nos conceitos, busca evidenciar os conflitos de classificações ou de delimitações da escolha de uma determinada tipologia de patrimônio como representativa da Bahia por um grupo social.

O estudo das representações do patrimônio baiano pelos intelectuais vinculados ao IGHB entre as décadas de 1910 e 1940 demonstra que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17)”. No pensamento de Antonio Gramsci (2004, p. 96), os intelectuais possuem papel preponderante na vida social, sendo compreendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas no campo da produção, no da cultura e no político-administrativo”. Concernente ao contexto baiano no início da República, não existia uma classe independente de intelectuais, pois “todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). Na Bahia, até a década de 1940, de acordo com Paulo Silva (2000, p. 16), os intelectuais “ocupavam posições-chaves no aparelho do Estado” gozando “de posição econômica privilegiada”, ou seja, era vinculada aos dirigentes locais e representavam uma parcela muito ínfima da população devido aos grandes índices de analfabetismo e pobreza dos soteropolitanos.

Jean- Pierre Sirinelli e Jean-Francois Rioux (1998, p. 261) afirmam que o intelectual pode ser analisado como um homem do seu meio, que influencia e é influenciado pelo seu círculo social, pensado como homem de cultura, visto que nesta classificação se inserem “tanto os criadores como os mediadores culturais”, sendo os primeiros os que “participam na criação artística e literária ou no progresso do saber” e os demais aqueles “que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber”. Desse modo, para os intelectuais baianos oriundos de uma elite agrária em declínio seria natural advogar a respeito da valorização de elementos que lembrassem o papel de seus antepassados na história local e nacional. Sirinelli e Rioux ainda salientaram que faz parte do cotidiano dos intelectuais se envolverem “na defesa de grandes causas” (1998, p.263), como a realizada pelo IGHB, por exemplo, com a preservação do patrimônio histórico no enaltecimento a Conjuração Baiana ou ao 02 de Julho e à imigração europeia para o estado. Contudo, as causas defendidas eram, na maioria das vezes, vinculadas às elites, estando as reivindicações do povo rechaçadas com estímulos proibitivos do governo local.

A promoção do patrimônio baiano pelos intelectuais do IGHB

A análise dos discursos da intelectualidade vinculada ao IGHB foi amplamente discutida nas teses de Rinaldo Leite (2005) e Aldo Silva (2006). Outros estudos, voltados para questões específicas, como 2 de julho, questões raciais e patrimônio/museologia, também abordaram discursos de intelectuais vinculados ao IGHB (SILVA, 2000; ARAÚJO, 2006; LEITE, 2007; NUNES, 2009; SOUSA, 2010; CERÁVOLO, 2016; SANTANA, 2017). Outros autores, entretanto, tem apontado a defesa do patrimônio baiano por intelectuais *outsiders* na Primeira República (SOARES, 2005; CARLIXTO, 2011; SANTANA, 2017) Em menor escala e de forma preliminar, alguns estudos por nós desenvolvidos tem pensado os discursos dos intelectuais do IGHB e não relacionados à entidade em defesa do patrimônio baiano.

Mas o que caracteriza os intelectuais baianos vinculados ao IGHB? A maioria eram homens vinculados à elite agroexportadora, empregados em cargos públicos diversos. Alguns menos abastados, vinculados à classe média ou não, eram professores. Renata Cabral (2019, p. 15) escreveu que “o IGHB privilegiou, na constituição de seu corpo, um perfil de intelectual, ou, ao menos, de homem letrado”. Personalidades como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, Jorge Calmon, José Wanderley de *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Frei Pedro Thomaz Margallo, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Silva Campos, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares entre outros, fizeram pronunciamentos veementes a favor da proteção das antiguidades baianas (DÓCIO, 2014; MATTOS, 2014), discursos que representavam a valorização da própria história familiar na maioria dos casos. Sobre tais intelectuais é possível afirmar, segundo Aldo Joé Moraes Silva, que:

Tinham seus campos de interesse e de atuação diretamente relacionados ao Instituto e com ele se identificavam (e foram identificados) inquestionavelmente, participando sempre das instâncias de organização e gestão do Instituto. Foram eles nomes de grande notoriedade nos meios acadêmicos da época (alguns ainda na atualidade), destacando-se quer no Instituto, quer na vida pública por sua atuação profissional ou pela qualidade de seu trabalho intelectual (SILVA, 2006, p.15)

Apesar de alguns intelectuais ligados em associações acreditarem ser “independentes” ou “autônomos” do “grupo social dominante”, de acordo com o pensamento de Gramsci (1985, p. 6), a grande maioria dos intelectuais baianos repercutiam os imaginários e os desejos da elite local. Sobre o caráter dominante de determinados grupos sociais, a partir do pensamento gramsciano, é possível salientar que “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’ que visa submeter e ‘dirige grupos afins e aliados’ devendo ser não apenas ‘dominante’ mas também ‘dirigente’” (GRAMSCI, 2004, p. 63). Esse papel dirigente efetivou-se através da valorização do patrimônio edificado, pela criação de instituições museais, pela publicação de textos a respeito da história da Bahia e pela elaboração de um órgão estadual de preservação do patrimônio na Bahia, assim, invocando a ideia de serem consideradas como “reliquias históricas” que deveriam ser apreciadas por todos os brasileiros.

Alguns membros do IGHB dedicaram vários discursos a promoção da preservação do patrimônio histórico da Bahia em que foram eleitos apenas edificações históricas do período colonial, objetos de famílias ilustres e documentos históricos como representativos da história local. Wanderlei Pinho⁴⁷, por exemplo, um dos

⁴⁷ José Wanderley de Araújo Pinho foi um político baiano influente, nascido da elite decadente do açúcar. Filho de João Ferreira de Araújo Pinho, que foi presidente da província de Sergipe em 1876 e governador da Bahia no início do século XX, e de Dona Luísa Wanderley de Araújo Pinho, filha de João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Destacou-se pelas ações em *Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023*

intelectuais mais engajados na defesa do patrimônio histórico da Bahia, proferiu inúmeros discursos nas décadas de 1910 e 1920, publicados nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* e na *Revista do IGHB*, defendendo o passado colonial de Salvador contra os anseios demolidores da Modernidade. Segundo Paulo Silva (2000, p. 152), “a concepção histórica de Wanderlei Pinho trazia subjacente conceitos bem definidos: construir uma memória fundamental para se definir como grupo social, como nação e até mesmo como civilização”. Seus discursos propalaram um imaginário de Salvador vinculado a riquezas coloniais – arquitetura, bens móveis integrados e bens móveis. Um dos primeiros discursos de Pinho salientava a necessidade de se conservar os “vestígios que nos restam da grande vida já vivida” através da conservação de “monumentos, templos, casas antigas, velhas tradições, nos objetos e coisas da arte de outrora” (1918, p. 192). Seu discurso em prol do patrimônio baiano caracterizou-se pela valorização “das cousas antigas” que a Bahia teria o dom de transmitir:

A Bahia é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brasileira: onde as lendas e costumes de antanho conservam a sua poesia melancólica no contraste de um progresso que penetra lentamente; onde como a atmosfera que se respira é um ar do passado cheirando à santidade ingênua de épocas findas; onde o próprio aspecto das cousas e o regimem dos homens são como um viver dos séculos atrás arremedando hábitos novos (PINHO, 1918, p. 192).

Portanto, a visão de patrimônio de Wanderlei Pinho (1918, p. 192-196) contemplava “monumentos e edifícios públicos; templos e edifícios religiosos; alfaias, retábulos, entalhaduras, esculturas religiosas ou profanas; joias, faianças, porcelanas, baixelas, mobiliário de todos os estylos”, ou seja, “coleções particulares de tudo o que tiver algum mérito artístico ou algum valor histórico”. O intelectual possuía uma visão abrangente sobre os bens que poderiam representar a história local que mesclava uma ânsia por preservar os antigos tesouros de uma elite decadente e um silenciamento a respeito de patrimônios relacionados a cultura afro-brasileira e popular.

A defesa do passado colonial da Bahia, por Pinho (1918), tornou-se incisiva na década de 1930, principalmente quando o seu sogro e sócio do IGHB, Francisco

defesa do patrimônio baiano e pela publicação de livros e textos sobre os tempos áureos da Bahia, atitudes em consonância com o pensamento do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ao qual foi vice-presidente. Exerceu diversos cargos públicos como deputado federal, promotor e prefeito da cidade de Salvador. Sua relação pessoal com o patrimônio baiano e suas posições políticas em defesa dos mesmos são uma rica fonte de estudos para a compreensão dos discursos preservacionistas na Bahia no início do século XX. Ver: CERÁVOLO, 2012.

Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023

Marques de Góis Calmon, foi governador do estado entre os anos de 1924-1928. Em 1925, Pinho (1925) proferiu outro discurso inserindo a questão econômica em sua defesa do patrimônio ao salientar o patrimônio baiano, além de representar um passado de fausto também era “um museu de antiguidade” em que turistas poderiam apreciar em Salvador – algo necessário para frear a ânsia demolidora de alguns confrades:

[...] A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniais de algumas de suas ruas e construções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao turista, inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo. Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas coisa totalmente nova. Repartamos a cidade velha *urbs* intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes, estendendo a cidade por toda essa área entre a Barra e Itapagipe, até Amaralina e pelos aterros do cais do Porto. Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade. Elevemo-nos com esse estalão de alto valor moral [...] no respeito à arte e às lembranças do passado (PINHO, 1925, p.82-83).

Para Sueli Cerávolo (2012, p. 7), Wanderley Pinho, como influente político e membro do IGHB, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo. Outro texto emblemático para compreender a visão de patrimônio dos intelectuais do IGHB foi a conferência do Frei Pedro Thomaz Margallo (1927) realizada em defesa da preservação dos bens históricos, em que cobrava medidas do poder público contra o abandono de edifícios e roubo de artes sacras tanto na capital quanto no Recôncavo – demonstrando que a seleção de bens não se restringia a capital e que era guiada pela história de poder econômico que determinadas regiões possuíam. Para o Frei Margallo (1927, p. 515), “a Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte” e ainda pode confessar “sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artistico para o Estado e ainda para a Nação, pois difficilmente se encontram fora de aqui” salientando ainda que “poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro”. A conferência do Frei Margallo que cobrava alguma ação do

estado contra a saída de bens do estado foi também um grito ufanista de um grupo que não queria perder os bens que rememoravam seu passado opulento.

Tal engajamento dos intelectuais do IGHB, especialmente de Wanderlei Pinho, rendeu a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Históricos da Bahia, por meio da Lei nº 2.032, de 08 de agosto de 1927, sendo regulamentada, posteriormente, com o Decreto nº 339, de 06 de dezembro de 1927, órgão que buscou preservar os monumentos nacionais do estado da Bahia através de legislação própria, vindo a ser Francisco Borges de Barros, diretor do Arquivo Público, o primeiro diretor da inspetoria (DÓCIO, 2014). Salienta-se que a inspetoria baiana antecedeu a proposta de lei apresentada por Wanderley Pinho ao parlamento brasileiro em 1930 e a criação de uma lei federal de proteção do patrimônio.

A inspetoria baiana, em 1928, iniciou o inventário de bens em Salvador e no interior do estado com publicações da lista de bens nos Anais do Arquivo Público do Estado ainda nos anos de 1930 e 1938. As publicações são uma fonte elucidativa do imaginário dos intelectuais vinculados ao IGHB sobre o patrimônio baiano, pois através da presença e ausência de determinados bens é possível caracterizar sua concepção de patrimônio baiano. De acordo com os *Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia*, que divulgava as ações da Inspetoria baiana, em 1928, foram inventariados pela inspetoria 61 edifícios religiosos, 41 edifícios civis, 17 monumentos (estátuas e fontes), 3 subterrâneos, 11 fortalezas, 15 praças ou largos, 34 lugares e campos históricos e 13 estradas coloniais (ANNAES DO ARQUIVO PÚBLICO, 1928, p. 32-38). Observa-se o destaque dos templos religiosos e civis do período colonial por representarem a riqueza da Bahia/Salvador nos tempos áureos do período colonial. Os locais de origem foram diversificados, pois, além da capital, houve bens arrolados em outras regiões do estado, deixando evidente que os bens catalogados se relacionavam a ciclos econômicos marcantes, a saber: da cana-de-açúcar, no Recôncavo; dos diamantes, na Chapada Diamantina; e do cacau, no Baixo Sul. Chamou também atenção o inventário de campos históricos e estradas coloniais que exerciam o papel de legitimar a proeminência da Bahia nos principais circuitos econômicos do período colonial, ressaltando a bravura de sua gente no desbravamento do interior e em guerras pela independência. A escolha foi por um patrimônio monumental, que pudesse revelar a riqueza da “terra-mãe do Brasil” (LEITE, 2012).

Posteriormente, em 1930, foram arrolados mais alguns bens que não entraram no inventário de 1928, com destaque para a listagem de vilas, distritos ou “arroados” que contabilizaram 19 lugares (ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO E INSPECTORIA DE MONUMENTOS, 1931, p. 558-561). No último inventário realizado antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi possível observar além do grande quantitativo de edifícios religiosos, civis e militares, o arrolamento de aquedutos subterrâneos, fontes públicas, chafarizes e um grande quantitativo de bustos (ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1938, p. 481-491). O inventário de monumentos e bustos foi algo que não se perpetuou no SPHAN e que caracteriza o ato de enaltecer personalidades baianas do período colonial e imperial, sobretudo políticos e grandes proprietários de terra.

É necessário registrar as ausências na promoção do patrimônio baiano pelos intelectuais vinculados ao IGHB por meio da inspetoria estadual. Entre os bens arrolados não houve menção a patrimônio relacionado ao povo indígena ou afro-brasileiro. Tal ocorrência, mais uma vez, ressalta o alinhamento das ações da inspetoria estadual com a mentalidade dos intelectuais do IGHB que discutiam veementemente a necessidade de mais imigrantes europeus para a Bahia e o problema da mestiçagem (SILVA, 2006). As questões políticas, econômicas e culturais discutidas do IGHB interferiam na tipologia de bens que seriam representativos do povo baiano, pois o inventário deveria refletir os anseios de uma classe que necessitava lembrar ao Brasil que “a Bahia ainda é Bahia”⁴⁸. Neste sentido, o enaltecimento de aspectos históricos da Bahia pelos intelectuais do IGHB relaciona-se ao pensamento de Sirinelli e Rioux (1998, p. 261) de que “as elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência”. A proteção do patrimônio baiano ao mesmo tempo em que tinha um cunho ufanista e propagandístico, lembrava às demais elites nacionais o espaço destinado à Bahia na história da nação por meio da monumentalidade do patrimônio selecionado como símbolo local/nacional.

⁴⁸ Segundo Paulo Silva (2000, 15) “A Bahia ainda é Bahia” foi “o nome da chapa que reuniu o nome dos candidatos federais, em oposição ao interventor Juracy Magalhães, nas eleições de 1933”. Por se posicionarem contra a Revolução de 1930, os baianos perderam cargos políticos e o governo do estado. Para Silva, os autonomistas, dentre entre intelectuais vinculados ao IGHB, buscaram com a denominação “designar uma composição de forças políticas, articuladas no processo de reconstituição do país, a sentença traduziu o sentimento que envolvia os grupos baianos afastados do poder em 1930”.

Os discursos eloquentes sobre o patrimônio baiano estenderam-se após a criação da Inspetoria Estadual do Monumentos Históricos da Bahia, como no relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936. Barbosa (1972) enfatizou o caráter lusitano como único atrativo de Salvador para a visita turística, demonstrando que para o grupo ao qual pertencia a arquitetura luso-brasileira colonial era a única que possuía o poder de representar a Bahia:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sulamericano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais, os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Neste artigo não se tem a pretensão de apresentar todos os artigos relacionados ao patrimônio publicados na Revista do IGHB. Aldo Silva (2006) apresentou um levantamento da quantidade de artigos relacionados a arquitetura, arte e monumentos históricos sendo, dezesseis artigos relacionados à arquitetura e nove que tinham como tema arte e monumentos. Tal levantamento sinaliza a utilização do patrimônio para legitimação da identidade local e enaltecimento de aspectos históricos e econômicos da Bahia antes da promulgação de uma lei federal de defesa do patrimônio.

Outra forma de representar o poder da Bahia no período foi divulgar a história local e patrimônio por meio da publicação de livros de história. Paulo Silva (2000) se debruçou na produção historiográfica da Bahia, entre 1930 e 1946, e percebeu a atuação de intelectuais do IGHB para promover o passado e assim justificar suas reivindicações de poder. Conforme o autor, “a reconstituição do passado vinha reforçar o tecido social das elites locais e dar apoio ao projeto político contrário ao nacionalismo centralizador do governo Vargas”. Ao descortinar os caminhos trilhados pelos intelectuais baianos dedicados ao campo da História, Silva observou como foi construída uma imagem de passado para legitimar as ações políticas dos “autonomistas” que buscavam “recolocar a Bahia” em destaque no cenário político. Os principais expoentes de uma historiografia nacional cujo enquadramento era a Bahia são: o político Wanderlei Pinho com suas obras – *Política e políticos no Império: contribuições documentais* (1930), *Cotegipe e seu tempo* (1937), *Salões e Damas do Segundo Reinado* (1942), *História de um Engenho do Recôncavo* (1946) – que

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

exaltavam o poder senhorial tanto na esfera local quanto nacional, observando políticos, damas e a sucessão na administração de um engenho, por exemplo; Luis Viana Filho – *A sabinada: a república baiana de 1837* (1938), *A vida de Rui Barbosa* (1941) – onde vivifica a histórica local e um “homem de letras”; o jurista Nestor Duarte com *A ordem privada e a organização política nacional* (1939); Afonso Rui em *A primeira revolução social brasileira: 1798* (1942), enaltecendo o pioneirismo da Bahia e da participação popular para lutar pela liberdade; e Pedro Calmon – *O Marquês de Abrantes* (1933), *A vida de Castro Alves* (1947), *História da literatura baiana* (1949) – que também seria mais um a engrandecer as personalidades da *intelligentsia* baiana.

O patrimônio histórico era uma preocupação dos historiadores, principalmente de Wanderlei Pinho, significando um documento histórico que possuía a particularidade de ser visualizado constantemente pelo povo, deixando palpável as histórias do apogeu colonial. Para Silva:

Os casarões do pelourinho, as edificações da igreja Católica e os solares outrora habitados por senhores de engenho e grandes comerciantes eram os objetos privilegiados destas preocupações. Preservar este patrimônio arquitetônico significava também investir na construção de um banco de dados acessível a todos todo o tempo. A documentação histórica não estaria assim circunscrita aos arquivos públicos e privados e nem com o acesso obstruído pela burocracia, nem dificultada pela perícia exigida para se extrair as informações desejadas. Com a preservação do patrimônio histórico, a história estaria posta para todos, numa espécie de representação pública permanente do passado (2000, p. 149).

Por último, a partir do final da década de 1940, registra-se o papel de destaque que livros voltados para turistas, os denominados guias da baianidade”, alguns desenvolvidos por intelectuais vinculados ao IGHB, tiveram como divulgadores do patrimônio histórico como representativo da Bahia. A história do incentivo ao turismo na Bahia vincula-se a propagação por intelectuais, através de diversos livros, dos bens culturais e do povo baiano (KELSCH, 2018). Os guias da baianidade, de cunho altamente propagandístico, apresentavam os encantos da Bahia aos seus leitores, como a arquitetura colonial portuguesa, festas populares, culinária, belezas naturais e outros. As obras *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (1941); *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (1945); *Bahia de Todos os Santos*, de Jorge Amado (1945); *Alma e corpo da Bahia*, de Eduardo Tourinho (1950); *Beabá da Bahia*, de José Valladares (1951); *Bahia: imagens da terra e do povo*, de Odorico Tavares (1951); *Roteiro da Bahia*, de Hermam Lima (1953); *Bahia cidade feitiço*, de Carlos Torres

Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

(1957), para referenciar as primeiras publicações, trazem como característica um momento de ruptura tanto entre intelectuais não vinculados ao IGHB quanto aqueles que pertenciam a agremiação de um discurso hegemônico sobre o patrimônio histórico luso-brasileiro ser o único capaz de representar a história e cultura baiana.

Todos os livros têm em comum a apresentação do patrimônio e da cultura popular, o incentivo ao turismo e a grande aceitação do público – sendo todos reeditados. O médico Afrânio Peixoto, sócio do IGHB, foi um intelectual que buscou promover a passado opulento da Bahia ao denominá-la como a “filha mais velha”, portanto, “mais tempo educada” em uma alusão ao poder legitimador da tradição:

A Bahia tem graça: é sua natureza. Teve educação; foi a filha mais velha, mais tempo educada: daí sua dignidade. Daí diante dos irmãos e irmãs, irrequietos e presumidos, um discreto silêncio, menos que de desdém, de dignidade. Só os estrangeiros têm olhos novos, para ver, saber ver (PEIXOTO, 1945, p. 352).

O papel preponderante do patrimônio histórico pode ser observado no texto de Peixoto, mas também no guia da baianidade *Beabá da Bahia* produzido por José Valladares (1951). No trecho denominado *Um pouco de História* Valladares descreve a história da fundação da cidade e no subitem *Roteiro para um visitante apressado* é dedicado várias páginas para a descrição de igrejas, palácios, solares, pintura, escultura, ourivesaria e artes menores que podem ser encontradas no Pelourinho e em instituições museológicas de Salvador. Carlos Torres, em seu livro *Cidade Feitiço*, publicado em 1957, apresentou os principais atrativos de Salvador aos turistas, mesclando o patrimônio histórico a elementos da cultura popular:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alfaias, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus solares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam (TORRES, 1973, p. 3).

Os intelectuais vinculados ao IHGB ou não que produziram os guias da baianidade marcam uma ruptura, a partir da década de 1940, do discurso hegemônico do patrimônio histórico arquitetônico luso-brasileiro como o único digno de representar a Bahia, sendo inserido nas publicações manifestações populares relacionadas

principalmente a herança africana. Deste modo, os discursos e obras referenciadas demonstram como na primeira metade do século XX um grupo de intelectuais buscaram reposicionar a Bahia no cenário nacional, em termos político, econômico e cultural, utilizando como uma das ferramentas a legitimação por meio do patrimônio histórico vinculado a herança portuguesa e senhorial.

Considerações finais

As iniciativas de proteção do patrimônio baiano no início do século XX foram frutos de uma elite preocupada com a queda de prestígio político que ocorria desde o fim da monarquia. Por meio de laços de amizade e parentesco foi reaberto, no período republicano, o IHGB como um espaço onde os anseios de uma elite poderiam ser debatidos e formulados sugestões aos governantes. O IGHB tornou-se o guardião da memória baiana, em que intelectuais que possuíam estreitos laços de amizade e parentesco selecionaram as tipologias de bens que representariam a Bahia enquanto berço da civilização brasileira.

Os intelectuais do IGHB foram os detentores do discurso hegemônico na primeira metade do século XX. Já na segunda metade do século XX, um grande quantitativo de intelectuais buscavam uma identidade local mais próxima do cotidiano da cidade, passando a promover o patrimônio afro-brasileiro por meio da descrição de festas populares, candomblés, feiras e comidas típicas, esse deslocamento passa a ser explícito. Homens como Manuel Querino, Jorge Amado e Edison Carneiro eram intelectuais *outsiders*, que defendiam uma representação da Bahia distante da desejada pelos grupos dominantes até então vigentes.

Por ser este um estudo preliminar, há de se notar lacunas que devem ser preenchidas por novas investigações. A primeira delas revela a própria solidez com a qual intelectuais buscavam representar a si mesmos. A abordagem aqui proposta não tinha como objetivo avançar em tais aspectos. Todavia, o estudo aprofundado dessas interações pode trazer à tona tanto conflitos internos, entre a própria elite baiana, caso vista enquanto heterogênea, quanto externos, isto é, nas disputas de representações com outras elites dos demais estados.

A segunda, por fim, está ligada à dificuldade de detectar a recepção das ideias dos intelectuais por parte das bases populares. Nesse caso, novas tipologias de fonte

podem contribuir nesse empreendimento caro não somente à História Cultural, como também para uma proposta significativa de uma história sociocultural.

Referências

- AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.
- AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador**. São Paulo: Martins, 1945.
- ANNAES DO ARCHIVO PÚBLICO E MUSEUS DO ESTADO DA BAHIA**. Vol.XV. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- ANNAES DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA**. Vol. XXVI. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1938.
- ANNAES DO ARCHIVO PUBLICO E INSPECTORIA DOS MONUMENTOS**. Vol. XVIII. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- ARAÚJO, Mariele Souza de. **A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon, (1922 - 1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.
- CABRAL, Renata Campello. **A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 27, p.1-41, 2019.
- CALMON, Pedro. **O Marquês de Abrantes**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.
- _____. **A vida de Castro Alves**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1947.
- _____. **História da Literatura Bahiana**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.
- CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.